

Via Norte Sul Rodovias S/A
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo:

- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Prezados senhores
Acionistas e administradores
Via Norte Sul Rodovias S/A
Sinop/MT

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Via Norte Sul Rodovias S/A ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada **"Base para opinião sobre as demonstrações financeiras"**, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Via Norte Sul Rodovias S/A**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Liquidez financeira e capital circulante líquido – A Companhia se encontra em estágio inicial das suas operações, realizando as obras de implantação e melhorias do Contrato de Concessão, sendo que ainda não está auferindo receitas nas praças de pedágio. O projeto de viabilidade do empreendimento considera a contratação de recursos de terceiros, além da contrapartida de capital próprio dos acionistas, movimento que está sendo realizado à medida em que o fluxo de caixa das inversões fixas demanda. Até a data destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda opera com baixa liquidez financeira e concentração de passivos no curto prazo, sendo as obras iniciais totalmente fundeadas com capital próprio integralizado e captação junto a terceiros. A Administração monitora essa situação para, quando necessário, contratar e aplicar recursos captados junto a terceiros para complementar as origens previstas no seu projeto. Nossa opinião não está ressalva sobre este assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Cuiabá/MT, 11 de abril de 2023.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O



Dário Suzuki
Contador, CRC-MT 006444/O-7



Bruno da Silva Martins
Contador, CRC-MS 009050/O-6 T-MT

Via Norte Sul Rodovias S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de Reais

Contas	Nota	2022	2021	Contas	Nota	2022	2021
Ativo		83.561	12.334	Passivo e patrimônio líquido		83.561	12.334
Circulante		1.015	6.658	Circulante		7.132	633
Caixa e equivalentes de caixa	4	751	389	Obrigações trabalhistas	-	281	15
Empréstimos concedidos	5	-	5.943	Obrigações fiscais	7	1.312	32
Outros créditos	-	264	326	Fornecedores	8	5.473	586
Não circulante		82.546	5.676	Arrendamentos a pagar	-	66	-
Outros créditos	-	388	20	Não circulante		20.962	-
Direitos de uso	-	125	-	Fornecedores	8	3	-
Imobilizado	-	394	88	Empréstimos e financiamentos	9	20.899	-
Intangível	6	81.639	5.568	Arrendamentos a pagar	-	60	-
				Patrimônio líquido	10	55.467	11.701
				Capital social	-	53.000	12.200
				Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.111	-
				Prejuízos acumulados	-	(3.644)	(499)

Via Norte Sul Rodovias S/A
 Demonstração do resultado, em milhares de Reais
 Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro e
 02 de fevereiro e 31 de dezembro

Contas de resultado	Nota	2022	2021
Despesas operacionais	11	(3.204)	(500)
Pessoal	-	(1.550)	(87)
Administrativas e gerais	-	(1.533)	(385)
Tributárias	-	(121)	(28)
Outras receitas e despesas operacionais	-	25	-
Prejuízo operacional		(3.179)	(500)
Encargos financeiros líquidos	-	34	1
Despesas financeiras	-	(7)	(5)
Receitas financeiras	-	41	6
Prejuízo do exercício		(3.145)	(499)

Via Norte Sul Rodovias S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, em milhares de Reais

Histórico	Capital social	Adiant. para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 02 de fevereiro de 2021	-	-	-	-
Integralização de capital social	12.200	-	-	12.200
Prejuízo do exercício	-	-	(499)	(499)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	12.200	-	(499)	11.701
Integralização de capital social	40.800	-	-	40.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.111	-	6.111
Prejuízo do exercício	-	-	(3.145)	(3.145)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	53.000	6.111	(3.644)	55.467

Via Norte Sul Rodovias S/A
 Demonstração dos fluxos de caixa, em milhares de Reais
 Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro e
 02 de fevereiro e 31 de dezembro

Movimentação de caixa	2022	2021
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(3.145)	(499)
Conciliação do prejuízo ao caixa operacional		
Depreciação	31	4
Varição dos ativos e passivos operacionais		
Outros créditos	(306)	(346)
Obrigações trabalhistas	266	15
Obrigações fiscais	1.280	32
Fornecedores	4.890	586
Outras obrigações	1	-
Caixa líquido das atividades operacionais	3.017	(208)
<u>Atividades de investimento</u>		
Aquisição de imobilizado	(337)	(92)
Aquisição de intangível	(76.071)	(5.568)
Caixa líquido das atividades de investimento	(76.408)	(5.660)
<u>Atividades de financiamento</u>		
Integralização de capital social	40.800	12.200
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.111	-
Empréstimos concedidos	5.943	(5.943)
Empréstimos e financiamentos	20.899	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	73.753	6.257
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	362	389
<u>Demonstração da variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	389	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	751	389
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	362	389

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Via Norte Sul Rodovias S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de fevereiro de 2021. Seu capital social é formado pelas participações da Constral Construtora Ltda., com 50,1% das ações, e pela Centro Vias Construtora, Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda., com os 49,9% restantes.

O prazo de duração da Companhia é limitado ao termo final do Contrato de Concessão 006/2021/00/00 (30 anos a partir da sua celebração) contratado pelo Estado de Mato Grosso por intermédio da Sinfra/MT (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), em 07 de abril de 2021. Este contrato é fundamentado no Edital de Concorrência Pública 004/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na sua edição de 04 de março de 2021, no qual a Companhia sagrou-se vencedora. O valor do contrato, na data-base 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1,6 bilhão, correspondente a previsão de receitas brutas durante todo o período de concessão, conforme o plano de negócios vencedor da licitação.

A Companhia tem por objeto social, única e exclusivamente, explorar a outorga de concessão, mediante a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à permissão de serviço público, precedida de execução de obra pública para exploração da rodovia MT-220, no trecho entre a BR-163 (Sinop) – entroncamento com a MT-410 (para Tabaporã), cuja extensão é de 138,4 km, mediante a cobrança de pedágio e receitas acessórias previstas pelas Leis Estaduais 8.264/04 e 9.120/09, bem como pela Lei Federal 8.987/95.

Operação da rodovia – Condicionada aos parâmetros de desempenho estabelecidos no plano de negócios vencedor do certame licitatório, a operação comercial da rodovia tem previsão de início em janeiro de 2023, por meio de três praças de cobrança de pedágio. Atualmente, encontram-se concluídas ações como a elaboração de projetos de engenharia e a contratação de software para gestão da operação nas praças de pedágio. As obras da rodovia tiveram início no segundo semestre de 2022, dentre elas, a recuperação funcional da rodovia e implantação da sinalização vertical e horizontal. Ainda naquele semestre, iniciaram-se as operações com guinchos leves e pesados, além de uma unidade de pronto atendimento médico em todo o do trecho sob concessão.

Conforme novo prazo homologado juntos aos órgãos competentes, principalmente a concedente Sinfra/MT, além da AGER/MT e o Verificador Independente, a concessionária está, no geral, adimplente com as obrigações acordadas.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das regulamentações da AGER – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso e ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em **11 de abril de 2023**.

Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir seu valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

Julgamentos, estimativas e mensuração de valor justo – A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- (a) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 6, sobre o intangível, quanto ao enquadramento do contrato de concessão nos moldes do Pronunciamento Técnico ICPC 01, para fins de reconhecimento contábil.
- (b) **Estimativas:** As informações sobre estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na nota explicativa 12,

sobre provisões para contingências, quanto as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

- (c) **(c) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 - Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
 - Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3.Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas como segue.

3.1 Instrumentos financeiros – As principais políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são: **(a) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. **(a.1) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício; **(a.2) Custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(c) Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Empréstimos concedidos – Saldos apresentados pelo seu valor justo na data das demonstrações financeiras. São mantidos em não circulante quando seu vencimento excede 365 dias.

3.4 Intangível – **(a) Contratos de concessão (ICPC 01):** Em relação ao enquadramento destas demonstrações financeiras no âmbito do Pronunciamento Técnico ICPC 01 – Contratos de concessão, as análises desenvolvidas pela Administração concluíram pela aplicabilidade desta interpretação, tendo em vista que o projeto atende cumulativamente aos dois quesitos básicos que caracterizam os negócios cobertos pela norma, onde os investimentos realizados pela Companhia serão revertidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão, bem como a regulamentação sobre a prestação de serviços é determinada pelo poder concedente. Desta forma, a Companhia reconhece um ativo intangível à medida que possui um direito contratual, neste caso, representado pelos gastos de melhoria aplicados à rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo aos direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. **(b) Direito de uso do bem público:** Não é exigida da Companhia nenhuma remuneração compulsória ao poder concedente correspondente ao

direito de concessão para exploração da Rodovia MT-220 e, desta forma, não foram reconhecidas obrigações dessa natureza, visto que serão exigidas apenas taxas mensais apuradas sobre as receitas de pedágio, a partir do início das operações. **(c) Reconhecimento e mensuração** – Itens do intangível são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou construção. **(d) Custos com empréstimos:** Os juros e despesas financeiras incorridos foram capitalizados para formação do ativo intangível, procedimento este que será adotado até a fase em que o ativo seja considerado concluído. **(e) Amortização** – Esta análise será realizada a partir do início efetivo das operações, ou seja, cobrança dos pedágios.

3.5 Fornecedores e obrigações fiscais – Estas obrigações são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado, sendo mantidas em não circulante quando seu vencimento exceder 365 dias.

3.6 Empréstimos e financiamentos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida no ativo intangível, durante o período de construção daquele ativo. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, um ano após a data-base.

3.7 Patrimônio líquido – As ações ordinárias do capital social são classificadas no patrimônio líquido, não havendo custos incrementais atribuíveis à emissão de novas ações. As **reservas de lucros**, quando existentes, serão destinadas conforme o Estatuto Social da Companhia, que prevê retenções de 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Dividendos mínimos obrigatórios são constituídos para os exercícios em que há lucro líquido em percentual de 25% sobre o lucro remanescente após a constituição da reserva legal. Os **adiantamentos para futuro aumento de capital** são registrados pelo valor justo e aguardam a devida formalização para integralização ao capital social.

3.8 Despesas operacionais – Representam os valores incorridos relacionados às atividades administrativas da Companhia, reconhecidos em regime de competência.

3.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, apurado anualmente. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Estes passivos fiscais são calculados com base em alíquotas fiscais vigentes na data-base de apuração. O lançamento de impostos diferidos se baseia no julgamento da Administração suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores externos.

3.10 Provisões – Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é calculada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos (se o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser estimado de forma confiável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados pelos valores em espécie mantidos para o atendimento de despesas emergenciais e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. As aplicações financeiras consistem em operações em fundo de renda fixa, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa	17	-
Bancos conta corrente	-	389
Aplicações financeiras	734	-
SalDOS, em R\$ mil	751	389

5. Empréstimos concedidos

Os saldos de empréstimos concedidos se referem a repasses temporários de recursos a partes relacionadas, durante 2021, liquidados no curso do exercício corrente.

Empréstimos concedidos	2022	2021
Centro Vias Const., Inc., Part. e Arm. Ltda.	-	2.973
Constral Construtora Ltda.	-	2.970
SalDOS, em R\$ mil	-	5.943

6. Intangível

O intangível registrado na Companhia é composto pelos gastos com obras de recuperação e melhoramento das vias de rodagem e margens da Rodovia MT-220, os quais concentram-se em serviços de engenharia, conservação, manutenção,

licenças de softwares de gestão administrativa e operacional, entre outros, previstos e orçados conforme o projeto de viabilidade e contrato de concessão. O início da amortização econômica destes gastos registrados no intangível será avaliado pela Administração da Companhia a partir da efetiva operacionalização da concessão da rodovia, mediante o registro de receitas pela cobrança de pedágio, iniciada em 2023.

Grupos	2020	Adições	2021	Adições	2022
Custo de aquisição	-	5.568	5.568	76.071	81.639
Pavimentação	-	-	-	31.505	31.505
Prédios operacionais	-	2.118	2.118	25.960	28.078
Terraplanagem	-	-	-	5.719	5.719
Software	-	1.261	1.261	1.749	3.010
Gestão de contrato	-	1.907	1.907	924	2.831
Obras e conservação	-	282	282	1.848	2.130
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	1.941	1.941
Outros custos	-	-	-	6.425	6.425
SalDOS, em R\$ mil	-	5.568	5.568	76.071	81.639

7. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais são compostas principalmente por retenção de impostos de terceiros, detalhadas no quadro, cuja liquidação foi realizada posteriormente a data-base destas demonstrações financeiras.

Obrigações fiscais	2022	2021
Pis, Cofins e CSLL a recolher	802	19
ISS a recolher	305	5
INSS a recolher	107	3
IRRF a recolher	96	5
Outros impostos	2	-
SalDOS, em R\$ mil	1.312	32

8. Fornecedores

Referem-se às obrigações da Companhia, totalmente firmadas em moeda nacional, para com fornecedores de serviços e materiais necessários para a operação da concessão.

Principais fornecedores	2022	2021
Bruno Mineiro Construtora Eireli	2.073	-
Lenildo Augusto da Silva ME	1.414	-
Romacón Serviços e Sol. Viárias Ltda.	358	-
Klint Dist. de Fios e Cabos Ltda.	288	-
V.F. Gomes Construtora Ltda.	-	451
Outros fornecedores	1.340	135
SalDOS, em R\$ mil	5.473	586

Fornecedores por vencimento	2022	2021
A vencer em até 30 dias	4.204	557
A vencer de 31 a 90 dias	993	29
A vencer de 91 a 365 dias	273	-
A vencer acima de 365 dias	3	-
SalDOS, em R\$ mil	5.473	586

9. Empréstimos e financiamentos

Referem-se a recursos foram captados junto ao Banco ABC Brasil S/A (R\$ 20 milhões), na modalidade de nota promissória, cuja liberação ocorreu em 03 de outubro de 2022. Foram incorridos R\$ 899 mil de despesas de juros, além de R\$ 429 mil de custos financeiros relacionados a emissão do crédito bancário, sendo que ambos os valores foram agregados ao valor do ativo intangível. A operação financeira foi intermediada pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., responsável pela emissão das notas comerciais em nome da Via Norte Sul Rodovias S/A, as quais foram distribuídas publicamente pelo Banco ABC Brasil S/A, responsável pela liberação dos recursos à Companhia.

Custo financeiro – A taxa de juros contratada na operação é atrelada ao DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa de 5,48% ao ano-base de 252 dias úteis, com vencimento em parcela única para 02/03/24, incluindo todos os juros incorridos.

Garantias – As garantias prestadas compõem-se por fiança prestadas por pessoas jurídicas e físicas de partes relacionadas da Companhia.

Covenants – Não há exigências quanto ao cumprimento de indicadores financeiros ou outras, sendo apenas necessárias a prestação de informações relevantes aos agentes financeiros, tais como alterações na estrutura societária ou condições financeiras da Companhia.

10. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias de valor unitário nominal de R\$ 1,00. Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram realizados proporcionalmente pelos sócios neste exercício, no valor de R\$ 6.111 mil, sendo que estes serão integralizados observando os prazos legais. Por meio da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2022, foi realizado o aporte financeiro de capital social no montante de R\$ 40.800 mil, que passa a ser de R\$ 53.000 mil nesta data-base.

Acionistas	2022		2021	
	Capital	%	Capital	%
Constral Construtora Ltda.	26.553	50,1%	6.112	50,1%
Centro Vias Const., Inc., Part. e Arm. Ltda.	26.447	49,9%	6.088	49,9%
Saldos, em R\$ mil	53.000	100%	12.200	100%

11. Despesas operacionais

As principais despesas operacionais incorridas, reconhecidas em regime de competência, são distribuídas conforme o quadro.

Despesas operacionais	2022	2021
Pessoal	(1.550)	(87)
Salários e ordenados	(999)	(48)
FGTS e INSS	(347)	(25)
Benefícios e outros	(204)	(14)
Administrativas e gerais	(1.533)	(385)
Manutenção e conservação	(442)	(22)
Serviços de terceiros	(647)	(263)
Bens de pequeno valor	(43)	(16)
Aluguéis	(82)	(16)
Viagens e estadias	(56)	(49)
Despesas com veículos	(95)	(12)
Outras despesas	(168)	(7)
Tributárias	(121)	(28)
Impostos e taxas	(121)	(28)
Totais, em R\$ mil	(3.204)	(500)

12. Provisão para contingências

A Administração considera que, para esta data-base, não existem processos em curso cuja perda é considerada “provável”, não sendo demandada a necessidade de constituição de provisão para contingências de qualquer natureza. A Companhia não possui outras contingências fiscais, cíveis e trabalhistas com perda classificada como “possível” para fins de divulgação nestas demonstrações financeiras.

13. Partes relacionadas

Os saldos mantidos com partes relacionadas, predominantemente relacionados com repasses de recursos financeiros, são detalhados no quadro.

Partes relacionadas	Nota	2022	2021
Empréstimos concedidos	5	-	5.943
Centro Vias Const., Inc., Part. e Arm. Ltda.	-	-	2.973
Constral Construtora Ltda.	-	-	2.970
Adiant. para futuro aumento de capital	10	6.111	-
Centro Vias Const., Inc., Part. e Arm. Ltda.	-	3.062	-
Constral Construtora Ltda.	-	3.049	-

Remuneração da Administração – A remuneração global dos administradores e diretores da Companhia, neste período, totalizou R\$ 294 mil (R\$ 214 mil em 2021), sendo que há planos de aposentadoria ou benefícios pós-emprego diferentes dos requeridos pela legislação brasileira para estes administradores e diretores.

14. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia considera as coberturas contratadas suficientes para cobrir eventuais riscos e sinistros. A Companhia é responsável por obrigações assumidas pela contratação de seguro-garantia que visa garantir a efetiva

cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes à concessão, sendo que, em alguns casos, a Sinfra-Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, é listada como segurado na apólice de seguros. O escopo dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Seguradora	Contratação	Vencimento	Tipo de cobertura	Valor máximo
Fairfax Brasil Seguros S/A	01/05/22	01/05/23	Responsabilidade civil geral	4.429
Fairfax Brasil Seguros S/A	29/04/21	01/05/23	Riscos de operação	4.429
Fairfax Brasil Seguros S/A	01/05/22	01/05/24	Riscos de engenharia	87.579
American Life Seguros	20/03/23	20/03/24	Contrato de concessão	39.357
Total, em R\$ mil				135.794

15. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A gestão de **riscos corporativos** insere-se no compromisso da Companhia em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, o que envolve a participação ativa da alta Administração. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a) **Risco de crédito:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros. Os saldos de bancos são mantidos em bancos de primeira linha como forma de redução do risco de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito e são demonstrados conforme o quadro.

Ativos	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	734	389
Empréstimos concedidos	-	5.943
Outros créditos	652	336
Saldos, em R\$ mil	1.386	6.668

b) **Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros	2022 (contábil)	Fluxos de caixa		
		Até 1 ano	de 1 a 2 anos	Total
Obrigações trabalhistas	281	281	-	281
Obrigações fiscais	1.312	1.312	-	1.312
Fornecedores	5.476	5.473	3	5.476
Arrendamentos a pagar	126	76	76	152
Empréstimos e financiamentos	20.899	-	25.180	25.180
Saldos, em R\$ mil	28.094	7.142	25.259	32.401

c) **Risco de mercado:** É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não está exposta a riscos significativos desta natureza, exceto em relação a taxa de juros variável DI na operação de empréstimo financeiro, sendo que a Administração não julgou relevante o risco para apresentar uma análise detalhada acerca de tais itens.

Sinop/MT, 11 de abril de 2023.

Fausto Presotto Bortolini
Presidente do Conselho de Administração

Mario Luiz de Abreu e Silva
Diretor Presidente

Mabilete Contabilidade Ltda.
CRC-MT 000144/O